



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 037/2012

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às 09h e 10min (nove horas e dez minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 14º andar, a tricentésima sexagésima sexta reunião do Conselho de Administração do PREVIMPA. A sessão foi presidida pelo conselheiro Eros Miguel Sadowoy Martins e por Fatima Regina Carlos Saikoski como Secretária. Estiveram presentes os conselheiros titulares Carlos Adolfo Bernd, Edson Zomar de Oliveira, Francisco José Menezes da Silva, Idalina Fagundes Venturini, Isabel Leticia Pedroso de Medeiros, José Marcelino Heck, Luciane Pereira da Silva, Luis Fernando de Fraga Silva, Luis Ferrari Borba, Luiz Fernando Rigotti, Pedro Luis Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Tatiana Carolina Manica Schapke, Teresinha Casagrande e os conselheiros suplentes: Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes, Almerindo Cunha de Souza, Paulo Valentin Saldanha Fernandez, Liege Mentz. Justificaram ausência os conselheiros: Adão Tadeu Gomes de Oliveira, André Brum de Sá, Juarez José da Silva, Newton Azambuja Campos Nunes, João Carlos Carpes da Silva e Clarazete Gautério de farias. Aberta a sessão, o Presidente questionou se todos leram a Ata nº 036 da sessão do dia 27/11/12 e se concordam com a aprovação da mesma, sendo consenso de todos que a Ata está em condições de ser aprovada e assinada. Após passou-se aos informes. O Presidente informa que estão sendo distribuídos os manuais de “Perguntas e Respostas” e o Manual do Segurado com o adendo que contempla as alterações das Legislações posteriores à impressão do mesmo. Após, o Presidente apresenta o ofício 451/2012 – GDG recebido em resposta ao of. 022/2012 deste Colegiado, o ofício diz que as minutas de projetos de lei solicitadas serão elaboradas no proc. adm. 009.001880.10.1 até dia 14/12/12. Foi solicitada a Secretaria que a informação trazida seja escaneada e repassada por e-mail a todos os Conselheiros. Na sequência passou-se a ordem do dia. O Presidente solicita voluntário (a) para fazer o relatório do processo nº 009.001603.11.6 e anexo 009.003339.12.2 que trata da doação de quinze CPU’S para a FASC e que deverá ser trazido para apreciação na próxima sessão (dia 11/12/12). A conselheira Idalina prontificou-se a analisar o processo. Referente ao segundo ponto de pauta o Presidente fala que este Comitê recebe hoje a visita dos economistas Carlos Fabretti Patrício e Tiago Iesbick os quais farão a apresentação da Política de Investimentos do Departamento. Carlos Fabretti informa que a presente Política de Investimentos refere-se ao período de 2013 a 2016, tem um horizonte de quatro anos, porém, anualmente é revisada e enviada a este Colegiado para sua apreciação e aprovação e posteriormente enviada ao MPS (Ministério da Previdência Social) até 31/12. É elaborada de acordo com a resolução 3.922/10 do Banco Central e tem como base legal a Lei 9.717/1998. Este documento estabelece os critérios como os ativos do PREVIMPA devem ser investidos de forma a buscar um retorno igual ou superior a Meta Atuarial, hoje IPCA + 6,00% a.a. Ressalta que a referida Meta está se tornando um desafio cada vez mais difícil de ser superado, uma vez que a taxa de juros real brasileira encontra-se em sua mínima histórica, provavelmente esta Meta terá de ser revisada para baixo em um futuro próximo o que poderá acarretar em

47 aumento do percentual das alíquotas de contribuições previdenciárias (hoje 11% servidor e
48 22% patronal). Ressalta ainda que qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de
49 fatores de risco, dentre eles: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A forma
50 de gestão da aplicação dos ativos administrados pelo PREVIMPA está sendo realizada por
51 gestão própria conforme previsto no inciso I do art. 15 da resolução do BACEN nº
52 3.922/10. Foram abordados outros itens como: Precificação e Custódia, Política de
53 Transparência, Classificação do Risco de Crédito, Diretrizes de Aplicação, Cenário
54 Econômico, Cenário Político, Evolução Recente da Política Nacional e Internacional. Em
55 relação à composição e desempenho dos investimentos do PREVIMPA, Tiago relata que o
56 Patrimônio total do PREVIMPA considerado na Política não engloba os valores da conta
57 73.334-2 (conta movimento) e a conta 73.360-1 (taxa de administração). Em 31/10/12 o
58 Regime Financeiro de Capitalização acumulou patrimônio de R\$420.136.801,80. A
59 carteira de investimentos deste regime está distribuída em 44,66% em títulos públicos
60 federais, 48,26% em fundos de renda fixa e 7,07% em fundos de renda variável. No ano de
61 2012 até final de outubro, os investimentos do Regime Capitalizado acumularam
62 rendimentos de 17,53%, contra uma meta atuarial de 9,58% e uma taxa “livre de risco” –
63 SELIC de 7,31%. Os investimentos do PREVIMPA, ao longo de 2012, foram
64 positivamente impactados pelas sucessivas quedas de juros promovidas pelo COPOM –
65 Comitê de Política Monetária. Foram apresentados vários gráficos os quais contemplam
66 diversas análises, tais como: análise da Meta Atuarial x Rendimento – sazonalmente
67 ajustado em um período de dez/2006 a out/2012, análise de rendimentos Diários x Meta
68 Atuarial e ainda o Desempenho Renda Fixa e Variável. Para definir as projeções 2012-
69 2016, observou-se a evolução recente do cenário político-econômico, bem como as
70 perspectivas do Banco Central. No entanto, por prudência e conservadorismo, escolheu-se
71 utilizar as expectativas de mercados divulgadas pelo Banco Central em seu relatório
72 FOCUS de 23/11/12. Referindo-se as Orientações de Investimentos, propõe-se que sejam
73 adotados os limites permitidos pela Resolução BACEN nº 3.922/10, observando os Limites
74 Gerais e vedações. No item Disposições Gerais, evidenciou-se que poderão ainda ser
75 realizada revisão extraordinária, no decurso do exercício para adequação que se entender
76 oportunas. Também mantém a impossibilidade de depósitos de disponibilidades de caixa
77 em instituições privadas em atendimento a posição do TCE/RS, porém, será mantido
78 acompanhamento dos fundos de investimentos em bancos privados, para fins de
79 comparação e na eventual mudança de entendimento do TCE/RS retomar as discussões
80 para reavaliação dos critérios atuais. Os membros do Comitê de Investimentos devem ser
81 certificados pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades e Mercados de Capitais,
82 e bimestralmente o Comitê de Investimentos apresentará ao Conselho de Administração
83 uma síntese dos investimentos e resultados alcançados no período e no acumulado do ano.
84 Finda a apresentação foi disponibilizado espaço para questionamentos. Foram realizadas
85 várias perguntas acerca da apresentação, muitas delas para promover maior
86 entendimento, uma vez que o conteúdo apresentado não corresponde ao cotidiano dos
87 conselheiros. Foi manifestada preocupação em relação à mudança da meta atuarial, visto
88 que tal situação importará em aumento de alíquotas de contribuição. Questionou-se
89 também se a derrocada dos juros poderia se explicar por razões meramente conjunturais e
90 se estas poderão voltar aos altos patamares verificados anteriormente. O economista Tiago
91 respondeu aos questionamentos esclarecendo-os em especial a preocupação citada em
92 relação ao possível aumento de alíquotas. A questão da necessidade de rever a meta
93 atuarial se deve ao fato de que a taxa de juros real para títulos públicos com prazo maior de
94 40 anos está em um patamar de 4,00%. Ratifica que a expectativa de todos é a de que a

95 taxa de juros não volte a estar próxima da meta de 6,00% em um horizonte muito longo de
 96 tempo, diante deste contexto, haverá a necessidade de revisão da meta atual. Por fim a
 97 conselheira Fátima questiona sobre a perspectiva que havia no passado de concessão de
 98 créditos consignados com recursos do Regime Capitalizado. Tiago informa que
 99 atualmente o crédito consignado não remunera adequadamente e além disto há ainda a
 100 questão da taxa a ser paga ao banco pela intermediação do negócio. O conselheiro Rigotti
 101 corrobora dizendo que para concessão de crédito consignado depende de uma mudança
 102 legal, há uma proposta de Lei Federal abrindo esta oportunidade, porém ainda não se
 103 concretizou. O conselheiro Luis Ferrari saúda os colegas pelo excelente trabalho e faz um
 104 apelo ao Presidente deste Colegiado que dedique mais tempo e pauta acerca do assunto ora
 105 apresentado. Após as manifestações o Presidente questiona ao Colegiado sobre a
 106 possibilidade de aprovação da Política de Investimentos na sessão de hoje ou da
 107 necessidade de se elaborar uma comissão de análise para aprovação em outra sessão. Foi
 108 consenso de todos que a apresentação foi esclarecedora e que está apta a ser aprovada hoje.
 109 Sendo assim, a Política de Investimentos 2013-2016 foi aprovada por unanimidade. Não
 110 havendo nada mais a tratar, foi encerrada a reunião às 11:00h (onze horas) e foi lavrada a
 111 presente Ata que vai assinada por mim Fatima Regina Carlos Saikoski,
 112 conselheira/secretária de Mesa e pelos demais presentes.

113
 114

115 Eros Miguel Sadowoy Martins – Presidente Fatima Regina Carlos Saikoski– Secretária

116
 117

118 Carlos Adolfo Bernd Edson Zomar de Oliveira

119
 120

121 Francisco José Menezes da Silva Idalina Fagundes Venturini

122
 123

124 Isabel Letícia Pedroso de Medeiros José Marcelino Heck

125
 126

127 Luciane Pereira da Silva Luis Fernando de Fraga Silva

128
 129

130 Luis Ferrari Borba Luiz Fernando Rigotti

131
 132

133 Pedro Luis Martins Ricardo Zucareli Pulvirenti

134
 135

136 Tatiana Caroline Manica Schapke Teresinha Casagrande

137
 138

139 Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes Almerindo Cunha de Souza

140
 141

142 Paulo Valentim Saldanha Fernandez Liege Mentz